

IMPACTOS DA INSTABILIDADE FINANCEIRA NA QUALIDADE DO SERVIÇO POLICIAL MILITAR DO AMAZONAS E ESTRATÉGIAS DE PREVENÇÃO

IMPACTS OF FINANCIAL INSTABILITY ON THE QUALITY OF MILITARY POLICE SERVICE IN AMAZONAS AND PREVENTION STRATEGIES

Cristiano Clementino Silva¹
Denison Melo de Aguiar²
Flávio Humberto Pascarelli Lopes³
Bruno Patrício de Azevedo Campos⁴

RESUMO: A instabilidade financeira dos policiais militares do Amazonas compromete a qualidade do serviço prestado à sociedade ao afetar diretamente o desempenho operacional, a saúde mental e a motivação desses profissionais. O endividamento, potencializado por baixos salários, oferta indiscriminada de crédito e o avanço de jogos de apostas on-line, gera sobrecarga emocional, aumento de afastamentos, maior vulnerabilidade a condutas ilícitas e desgaste da imagem institucional perante a comunidade. O estudo, de natureza qualitativa e bibliográfica, analisa pesquisas acadêmicas, relatórios institucionais e literatura sobre educação financeira, endividamento e saúde mental no contexto policial, buscando compreender de que forma a instabilidade financeira interfere no policiamento ostensivo e na relação de confiança com a população do Amazonas. A partir dessa análise, são propostas estratégias de prevenção e mitigação, como programas permanentes de educação financeira, criação de núcleos de apoio psicológico e orientação financeira nas corporações, campanhas internas de conscientização e políticas de valorização profissional, incluindo revisão remuneratória, com o objetivo de reduzir o endividamento, fortalecer o bem-estar do policial e aprimorar a eficiência do serviço de segurança pública.

Palavras-chave: Polícia Militar. Instabilidade financeira. Qualidade do serviço. Educação financeira. Estratégias de prevenção.

¹Pós-Graduação em segurança pública (Cenes-2024) e em inteligência policial (Faculminas-2024). Graduado em direito (CIESA). Graduado em Ciências Econômicas (Uninorte). Cadete do curso de formação de oficiais do Estado Amazonas na academia de polícia militar (APM) coronel Neper da Silveira Alencar.

²Pós-Doutor UniSalento (Itália-2024), Doutor em Direito. Doutor em Direito pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGD/ UFMG). Mestre em Direito Ambiental pelo Programa de Pós- Graduação em DIREITO Ambiental da Universidade do Estado do Amazonas (PPGDA/ UEA). Advogado. Graduado em Direito pela Universidade da Amazônia (UNAMA/PA). Professor de ensino superior do curso de Direito da UEA. Professor da Academia de Polícia Militar do Amazonas (APM-PMAM). Professor de ensino superior do Centro Universitário de Ensino Superior do Amazonas (CIESA). Coordenador da Clínica de Mecanismos de soluções de Conflitos (MARbC/UEA). Coordenador da Clínica de Direito e Cidadania LGBTI (CLGBTI/UEA). Coordenador da Clínica de Direito dos Animais (YINUAKA-UEA). Editor-chefe da Revista Equidade. Integrante do Grupo de pesquisa Desafios do Acesso aos Direitos Humanos no Contexto Amazônico da Escola Superior da magistratura do Amazonas (ESMAM). Professor permanente do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, cidadania e Direitos Humanos (PPGSP/UEA).

³Pós-Doutor em Direito pela UniSalento. Bacharel em Direito pela Universidade Federal do Amazonas. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco. Doutor em Direito Constitucional pela Universidade de Fortaleza. Diretor da Escola Superior da Magistratura do Amazonas. Desembargador do Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas.

⁴Especialista em Docência do Ensino Superior pela Faculdade La Salle de Manaus – UNILASSALE, E em MBA em Gestão Estratégica da Administração Pública pela Faculdade Descomplica – DESCOMPLICA. Graduado em Direito pela Escola Superior Batista do Amazonas – ESBAM. Chefe do Estado Maior Geral e Coronel da Polícia Militar do Amazonas – PMAM.

ABSTRACT: The financial instability of military police officers in Amazonas compromises the quality of service provided to society by directly affecting the operational performance, mental health, and motivation of these professionals. Indebtedness, exacerbated by low salaries, indiscriminate credit offerings, and the rise of online gambling, generates emotional overload, increased absenteeism, greater vulnerability to illicit conduct, and damage to the institutional image within the community. This qualitative and bibliographical study analyzes academic research, institutional reports, and literature on financial education, indebtedness, and mental health in the police context, seeking to understand how financial instability interferes with visible policing and the relationship of trust with the population of Amazonas. Based on this analysis, prevention and mitigation strategies are proposed, such as permanent financial education programs, the creation of psychological support and financial guidance centers within the corporations, internal awareness campaigns, and professional development policies, including salary reviews, with the aim of reducing indebtedness, strengthening the well-being of police officers, and improving the efficiency of public security services.

Keywords: Military Police. Financial instability. Service quality. Financial education. Prevention strategies.

INTRODUÇÃO

O trabalho policial militar exige alta responsabilidade, preparo físico, equilíbrio emocional e resiliência frente a situações de risco. A imagem do policial oscila entre extremos, ora exaltada como heroica, ora condenada por excessos e corrupção. Essa dualidade acaba escondendo a face humana do profissional: um trabalhador imerso em um cenário contraditório onde, ao tentar controlar a violência, ele se torna vulnerável tanto a sofrê-la quanto a reproduzi-la (SPODE; MERLO, 2006).

Contudo, fatores externos à atividade-fim, como a instabilidade financeira, têm se mostrado determinantes para a qualidade do serviço prestado. Pesquisas apontam que grande parte dos policiais militares enfrenta dificuldades financeiras devido a baixos salários, aumento do custo de vida, endividamento e ausência de políticas eficazes de educação financeira (SILVA, 2020; OLIVEIRA; SOUZA, 2021). Esse cenário compromete o desempenho individual e coletivo, refletindo-se na qualidade do policiamento ostensivo e na relação com a comunidade. No Brasil, percebe-se que a oferta de crédito não veio acompanhada de orientação sobre o uso de recursos (GOMES et al., 2018).

Além disso, igualmente importante, houve o surgimento de jogos de apostas on-line em plataformas digitais que levam o profissional ao vício e descontrole financeiro, no qual refletem também nas finanças pessoais do policial e que afetam tanto a vida profissional quanto a pessoal. As consequências do investimento financeiro em jogos de apostas online pela sociedade brasileira estão sendo catastróficas, uma vez que está ocorrendo a destruição de lares e o

aumento da desigualdade social, já que as pessoas mais atingidas são as classes trabalhadoras e sua família. O vício está sendo capaz, inclusive, de causar o perdimento da moradia e o aumento exponencial de dívidas. (MARTINS; BONINI; STEOLA, 2024).

Em continuidade, apenas aumentar o salário sem educação financeira não é a solução para todos os problemas, ter uma renda alta pode dar a falsa sensação de que tudo está sob controle, mas a verdade é que a riqueza real não é medida pelo valor que cai na sua conta, e sim pelo que sobra dela. É muito comum cair na armadilha de subir o padrão de vida toda vez que o salário aumenta, transformando ganhos maiores em dívidas ainda maiores. Esse ciclo cria uma "ilusão de segurança" que, na primeira crise ou imprevisto, se transforma em estresse e ansiedade. No fim das contas, vive melhor quem ganha um valor médio e sabe poupar do que quem ganha muito e gasta tudo; afinal, a verdadeira tranquilidade vem de construir um patrimônio sólido e não de manter uma aparência de luxo financiada por boletos: “Muitas pessoas vivem além de suas posses para provar às outras pessoas que têm dinheiro. Isso é uma armadilha, pois a única forma de ser rico é não gastar o dinheiro que você tem” (HOUSEL, 2021, p. 105).

Nesse cenário, observa-se que parte da população apresenta baixo letramento financeiro, o que se traduz em consumo desenfreado, má gestão de recursos e ausência de reserva de emergência (GOMES, 2019). Assim, compreender os impactos da instabilidade financeira na vida do policial militar e propor estratégias de prevenção torna-se fundamental não apenas para a valorização da categoria, mas também para a segurança pública como um todo. Logo, a educação financeira vai muito além de saber economizar, mas saber que é um pilar fundamental para o bem estar individual, saúde mental e economia familiar.

O objeto desta pesquisa constitui-se na análise dos impactos da instabilidade financeira e do endividamento sobre a qualidade do serviço operacional e a saúde mental dos policiais militares do Amazonas. A investigação debruça-se sobre como o desequilíbrio econômico, potencializado por fatores como o crédito fácil e o vício em apostas online, interfere diretamente na capacidade de tomada de decisão e na eficiência do policiamento ostensivo. Sob essa ótica, Aguiar (2015) ressalta que a eficácia das políticas de segurança pública está intrinsecamente ligada à garantia de condições dignas aos seus operadores, de modo que a vulnerabilidade financeira não deve ser vista apenas como um problema privado, mas como um óbice estrutural à proteção dos direitos fundamentais e à manutenção da ordem pública.

Ademais, a pesquisa busca compreender a relação entre a precariedade material do servidor e o desgaste da imagem institucional perante a sociedade amazonense. O foco recai sobre a identificação de estratégias de mitigação, como o letramento financeiro e o apoio psicossocial, visando reduzir o absenteísmo e a suscetibilidade a condutas ilícitas. De acordo com Aguiar e Oliveira (2023), a valorização profissional e a formação continuada no campo da segurança pública são pilares indispensáveis para humanizar o serviço estatal, reforçando que o objeto de estudo aqui delineado — a saúde financeira do policial — é um componente vital para a consolidação de uma força de segurança resiliente e alinhada aos anseios democráticos da região.

De acordo com o Portal do Investidor (BRASIL, [s.d.]), o desgaste emocional provocado pelas dívidas cria um ciclo prejudicial, no qual distúrbios psicológicos e cognitivos comprometem a capacidade do indivíduo de gerir suas finanças e encontrar saídas para a crise. No ambiente militar, esses fatores ampliam os riscos da atividade, uma vez que o policial lida constantemente com situações críticas que exigem atenção plena e tomada de decisão rápida. E trazendo para o cenário da atividade policial que possui grande importância para a sociedade, pois está diretamente ligada à manutenção da ordem, da segurança e da paz social o tema de instabilidade financeira para o desempenho policial deve exigir uma maior preocupação pois afeta diretamente o serviço prestado para a sociedade.

4

Segundo Silva (2020), policiais com elevado nível de endividamento apresentam maior propensão a afastamentos por problemas psicológicos, absenteísmo e baixo rendimento. Tais fatores repercutem diretamente na eficiência do serviço policial militar. Além do fato que atividade principal já exige maior concentração e o colocando em situações de estresse constantes trazem em tona a importância da saúde mental ligada a também a casos de suicídios, assunto este, muito relevante e delicado, que afeta diretamente a vida dos policiais militares e também a qualidade do serviço prestado à sociedade.

A realização deste estudo é justificada do ponto de vista de relevância acadêmica porque a temática articula segurança pública, direitos fundamentais, saúde mental e condições materiais de trabalho, dialogando com áreas clássicas das Academias de Direito da Amazônia, como Direito Constitucional, Administrativo, Penal e Direitos Humanos.

Ao tratar da instabilidade financeira, do endividamento e de seus reflexos na atuação policial, o estudo fornece base empírica e teórica para debates em cursos jurídicos amazônicos sobre dignidade da pessoa humana, valorização do servidor público e controle da atividade

estatal de segurança.

A relevância acadêmica deste trabalho se justifica pela necessidade de preencher lacunas teóricas nas Academias de Direito da Amazônia, onde o estudo da segurança pública muitas vezes é dissociado das especificidades socioeconômicas e geográficas da região. Ao investigar o nexos causal entre a precariedade financeira e o desempenho operacional, a pesquisa contribui para o fortalecimento da produção científica regional, especialmente dentro da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), que tem se destacado no estudo transversal dos direitos humanos e das políticas públicas. Segundo Lima e Barbosa Filho (2024), a compreensão da dignidade humana no contexto amazônico exige que o Estado assegure não apenas a segurança externa, mas as condições de subsistência e saúde mental daqueles que exercem o policiamento em territórios complexos e transfronteiriços.

Sob a ótica do Direito e da formação policial militar, o tema ganha destaque em instituições amazônidas ao propor uma "transição do conhecimento abstrato para a competência prática", alinhando o currículo das academias de polícia aos padrões de convencionalidade e proteção social. Conforme defendem Magalhães, Miyadaira e Aguiar (2025), a formação de uma polícia cidadã no Amazonas requer sensibilidade intercultural e o reconhecimento do policial como sujeito de direitos, cuja estabilidade biopsicossocial é requisito para a legitimidade social da instituição. Assim, este estudo não apenas enriquece o debate jurídico local, mas também oferece subsídios para que as academias de direito e segurança pública da Amazônia desenvolvam diretrizes de valorização profissional que mitiguem o adoecimento mental e a vulnerabilidade ética do efetivo.

5

Nas instituições amazônidas (como a Universidade do Estado do Amazonas e a Academia de Polícia Militar do Amazonas), a pesquisa fortalece a produção local de conhecimento aplicado à realidade regional, contribuindo para currículos, projetos de extensão e formação crítica de futuros operadores do Direito e da Segurança Pública.

Quanto a relevância científica o artigo contribui para o avanço da ciência ao integrar achados de estudos em segurança pública, psicologia, administração pública e educação financeira, construindo um quadro analítico sobre como a instabilidade financeira impacta desempenho, saúde mental, absenteísmo e qualidade do serviço policial militar. A pesquisa, de natureza bibliográfica, consolida evidências sobre relações entre endividamento, estresse, risco de suicídio, afastamentos e vulnerabilidade a condutas ilícitas (corrupção e suborno) e atividades extras ilegais ('bico') oferecendo um recorte específico da realidade amazônica, que

pode subsidiar futuros estudos empíricos, levantamentos estatísticos e intervenções institucionais.

A relevância deste estudo para a produção de ciência na Amazônia reside na construção de um corpus teórico que considere as particularidades psicossociais e econômicas do servidor público que atua em áreas de alta complexidade logística e social. Ao investigar o nexos entre o equilíbrio financeiro e a performance operacional no Amazonas, a pesquisa fomenta o desenvolvimento de indicadores locais que podem servir de base para políticas públicas de segurança mais humanizadas e eficazes. Segundo Lima e Barbosa Filho (2024), a produção acadêmica amazônica possui o desafio de transcender a mera aplicação de teorias nacionais, exigindo uma análise profunda sobre como a dignidade do operador de segurança reflete diretamente na manutenção da ordem pública e na proteção dos direitos fundamentais em territórios periféricos e transfronteiriços.

Ao passo que a relevância social desta pesquisa decorre do fato de que ela demonstra que a instabilidade financeira não é apenas um problema individual do policial, mas um fator que repercute diretamente na qualidade do policiamento ostensivo, na relação com a comunidade e na confiança social na Polícia Militar, especialmente em contextos vulneráveis da Amazônia. A relevância social de uma pesquisa sobre a instabilidade financeira e seus reflexos no serviço policial no Amazonas fundamenta-se na premissa de que a segurança pública é um pilar essencial para o exercício da cidadania e o desenvolvimento regional.

6

No contexto amazônica, onde as distâncias geográficas e as peculiaridades logísticas elevam o custo de vida e o estresse operacional, o comprometimento da saúde financeira do militar reflete diretamente na eficácia do policiamento ostensivo. Segundo Costa e Lima (2019), a precariedade das condições de trabalho e a insegurança econômica do agente público geram um ciclo de desmotivação que fragiliza a proteção da sociedade, tornando o estudo vital para compreender como a valorização do profissional é o primeiro passo para a redução dos índices de criminalidade urbana e ribeirinha.

Além disso, a pesquisa justifica-se pela necessidade de garantir que a Polícia Militar do Amazonas (PMAM) atue como uma instituição de amparo social, e não apenas de repressão, em um território marcado por conflitos transfronteiriços e pressões ambientais. O endividamento e a instabilidade econômica do policial podem levar a um aumento da vulnerabilidade a riscos psicossociais e à corrupção, conforme aponta Minayo et al. (2017) ao discutir o nexos entre bem-estar do profissional de segurança e a qualidade do serviço prestado

à população. Portanto, investigar estratégias de prevenção e equilíbrio financeiro para esses agentes é fundamental para assegurar que a sociedade amazonense receba um atendimento humanizado, técnico e resiliente diante dos desafios de segurança do século XXI.

Ao evidenciar vínculos entre endividamento, sofrimento psíquico, afastamentos, risco de suicídio, perda de efetivo e suscetibilidade a práticas ilícitas, o trabalho mostra que melhorar a condição financeira dos policiais significa proteger a sociedade amazônica, reforçando a credibilidade institucional e a eficácia da segurança pública. As estratégias propostas (educação financeira, apoio institucional, valorização salarial e programas de saúde mental) indicam caminhos concretos para políticas públicas que podem:

reduzir o adoecimento de policiais;

aumentar a qualidade do atendimento à população;

fortalecer a paz social e a sensação de segurança em Manaus e em outros municípios amazônicos, onde a presença do Estado muitas vezes se materializa principalmente pela ação da Polícia Militar.

Analisar os impactos da instabilidade financeira na qualidade do serviço policial militar e propor estratégias de prevenção o trabalho tem como objetivo geral compreender de que forma a instabilidade financeira impacta a qualidade do serviço prestado pelos policiais militares, considerando seus efeitos no desempenho profissional, na saúde mental e na atuação institucional.

Os objetivos específicos deste estudo consistem em: a) identificar os principais fatores que contribuem para a instabilidade financeira dos policiais militares. b) analisar de que forma a instabilidade financeira influencia o desempenho profissional, a saúde mental e a qualidade do serviço prestado pelos policiais militares. c) propor estratégias de prevenção, como ações de educação financeira, apoio institucional e políticas de valorização profissional, voltadas à melhoria da qualidade do serviço policial militar

A instabilidade financeira, além de produzir impactos individuais, acarreta importantes consequências institucionais e sociais. O aumento de licenças médicas, a redução da motivação e o comprometimento da disciplina são consequências recorrentes (COSTA; NASCIMENTO, 2022). Endividamento generalizado com uso intenso de crédito (empréstimos, cartão, cheque especial, agiotagem) sem planejamento, levando a colapso orçamentário pessoal e perda de poder de compra como consequência ocorre o inadimplemento pessoal com incapacidade de honrar compromissos financeiros básicos, afetando alimentação, moradia, educação, saúde e demais necessidades da família além disso sujeito a atividades extras ilegais ("bico") por meio

da entrada em trabalhos paralelos de segurança privada, muitas vezes informais e contrários às normas da corporação, bem como sujeito a corrupção na qual há vulnerabilidade maior a suborno, favorecimento de criminosos e outros atos ilícitos ou atividades em conluio com o crime organizado, associada a salários baixos, endividamento e ausência de controle e punição eficaz.

O encadeamento disso leva a transtornos comportamentais e risco de suicídio causados pelo estresse crônico da atividade policial somado às dívidas e pressões familiares, elevando ansiedade, depressão, conflitos domésticos e ideação suicida. Portanto, as consequências para o Policial e para a Corporação são: redução da qualidade de vida e do desempenho no serviço; afastamentos por licenças médicas, perda de efetivo por suicídios, gerando impacto humano e institucional; sujeição a aceitar subornos e corrupção, atividades extras ilegais (“bico”) no qual essa série de problemas geram também prejuízos institucionais e sociais por meio do desgaste da imagem da polícia, descrédito da função pública, risco à segurança pública e quebra de hierarquia e disciplina., isso tudo atinge diretamente a imagem da corporação e a confiança da sociedade.

Do ponto de vista social, a má qualidade do serviço policial, influenciada por fatores econômicos, compromete a credibilidade da instituição perante a comunidade. A população tende a perceber a polícia como desvalorizada, desmotivada e fragilizada, o que prejudica a relação de confiança essencial para a segurança pública (ROCHA, 2021).

8

Para enfrentar o problema, podem ser adotadas diversas estratégias de prevenção e mitigação, entre as quais se destaca a educação financeira, voltada ao fortalecimento da gestão pessoal de recursos e à promoção de maior estabilidade econômica entre os policiais militares.

A instabilidade financeira entre policiais militares frequentemente decorre de uma cultura de consumo imediato e da facilidade de acesso ao crédito consignado, o que compromete significativamente a renda líquida e gera o fenômeno do superendividamento. Esse cenário é agravado pela natureza estressante da profissão, onde o desequilíbrio nas contas pessoais potencializa o desgaste mental, refletindo diretamente na qualidade do serviço prestado à sociedade. Segundo Silva e Ferreira (2020), a falta de letramento financeiro nas corporações militares contribui para que o profissional utilize o crédito de forma paliativa, criando um ciclo de dependência que afeta seu foco operacional e aumenta a vulnerabilidade a doenças psicossomáticas.

Como estratégia de prevenção e recuperação, implementar programas contínuos de educação financeira voltados para os policiais dentro da PMAM ,como uma solução essencial para mitigar os impactos da má gestão de recursos, com foco em planejamento orçamentário, uso consciente do crédito e investimentos (OLIVEIRA; SOUZA, 2021). Tais iniciativas devem ir além de meras palestras, focando no planejamento orçamentário familiar e no uso consciente do crédito. Conforme aponta Santos (2021), o investimento em capacitação financeira voltada para o servidor público é uma ferramenta de gestão de pessoas que promove a valorização profissional e a redução do absenteísmo.

Ao dominar conceitos de poupança e investimento, o policial militar adquire maior estabilidade emocional, o que se traduz em uma atuação mais técnica, equilibrada e resiliente durante o policiamento ostensivo. Além de ensinar investimentos básicos também mostrar os riscos de jogos de apostas online. Os cursos, podem ser realizados em parceria com entidades sem fins lucrativos, bancos e universidades locais como a Universidade do Estado do Amazonas, com duração mínima de horas e inclusão de simulações práticas. Colocar metas e objetivos mensais, semestrais e anuais de redução do endividamento com acompanhamento de instrutores.

Outro mecanismo importante para combater o problema é o apoio institucional , uma vez que a ausência de medidas solidas voltadas ao bem-estar financeiro do policial militar no Amazonas representa um entrave que compromete a eficácia das ações de segurança pública. Quando a instituição falha em oferecer redes de proteção psicossocial e assessoria jurídica ou financeira, o militar fica suscetível a soluções informais para sanar dívidas, o que pode levar a desvios de conduta ou ao comprometimento da sua integridade física. Segundo Lima e Soares (2019), a carência de um suporte institucional estruturado faz com que o estresse financeiro transborde para a esfera profissional, resultando em uma tropa desmotivada e com maior incidência de afastamentos médicos por transtornos de ansiedade e depressão.

Para reverter esse quadro, é fundamental que a Polícia Militar implemente estratégias de prevenção que incluam a criação de núcleos especializados em assistência social e financeira dentro da própria corporação , promovidas pela Diretoria de Promoção Social (DPS) e parcerias, voltadas à orientação de policiais superendividados, com a possibilidade de atendimento sigiloso, grupos de apoio e ações conjuntas ,sinalizando caminhos institucionais para mitigar o problema e apoiar o equilíbrio financeiro da tropa. Por meio da Diretoria de saúde (DS) com seu centro de psicologia realizar palestras sobre o perigo dos jogos online, o

superendividamento, o uso descontrolado de álcool e substâncias ilícitas e por fim o suicídio como mecanismos de enfrentamento a dívidas, pois o superendividamento raramente é um problema apenas financeiro; ele corrói a identidade do indivíduo.

O superendividamento não atinge apenas o patrimônio do devedor, mas projeta-se sobre sua saúde física e mental, desencadeando quadros de ansiedade, depressão e, em situações limite, o comportamento suicida como via de escape para uma realidade insuportável." (BERTONCELLO, 2015).

Conforme defende Oliveira (2022), o apoio institucional deve ser encarado como um investimento estratégico; ao proporcionar segurança financeira ao policial, a instituição garante um agente mais focado em suas atribuições ostensivas, elevando o padrão de atendimento à população amazonense e fortalecendo a legitimidade da corporação.

A valorização salarial envolve a revisão das políticas remuneratórias, buscando garantir um padrão digno de vida e reduzir a dependência de atividades paralelas. A instabilidade financeira e a ausência de uma política de valorização salarial contínua atuam como catalisadores de estresse crônico na tropa, resultando em um fenômeno conhecido como "sobrecarga de jornada" ou o recurso excessivo ao "bico". Quando o soldo não supre as necessidades básicas ou é corroído pela inflação, o policial busca complementação de renda em atividades externas, o que compromete sua higidez física e mental. Conforme destaca a literatura, a precariedade remuneratória reflete diretamente na qualidade do serviço prestado:

10

A desvalorização salarial nas instituições de segurança pública não gera apenas desmotivação, mas um ciclo de endividamento que empurra o profissional para o pluriemprego, aumentando o risco de fadiga, erros em operações e o desenvolvimento de transtornos psicológicos severos." (SOUZA; MINAYO, 2021).

Como estratégia de prevenção e solução, a implementação de planos de cargos, carreiras e escalonamentos salariais previsíveis surge como medida fundamental para garantir a dignidade do servidor. No Amazonas, a solução passa pela garantia constitucional da data-base e pela criação de mecanismos que protejam o poder de compra do policial, evitando que o superendividamento comprometa a integridade da instituição. Como estratégia de prevenção e solução, a implementação de planos de cargos, carreiras e escalonamentos salariais previsíveis surge como medida fundamental para garantir a dignidade do servidor. No Amazonas, a solução passa pela garantia constitucional da data-base e pela criação de mecanismos que protejam o poder de compra do policial, evitando que o superendividamento comprometa a integridade da instituição. Segundo estudos sobre gestão de segurança:

A valorização salarial deve ser compreendida como uma estratégia de gestão de risco; ao garantir estabilidade financeira ao agente, o Estado reduz a vulnerabilidade deste à corrupção e ao colapso emocional, promovendo um policiamento mais humanizado e técnico." (SANTOS, 2019).

Contudo, não é a única e mais importante solução, pois caso o policial não crie a consciência do uso disciplinado do salário nada importará receber muito, ademais o aumento salarial depende de diversos fatores externos e vontade política para se concretizarem, logo esses fatores não estão no controle direto do policial. Tais estratégias, se aplicadas de maneira integrada, podem minimizar os impactos negativos da instabilidade financeira e fortalecer a qualidade do serviço policial.

METODOLOGIA

O trabalho científico desenvolvido adotou uma abordagem qualitativa, baseada exclusivamente em uma análise bibliográfica. O foco da pesquisa foi examinar os impactos da falta de controle financeiro pessoal entre policiais militares. Para isso, realizou-se uma revisão de artigos científicos, obras acadêmicas e livros voltados à educação financeira, endividamento pessoal e às questões econômicas que afetam o serviço do policial militar.

RESULTADOS

Os resultados encontrados confirmam que a instabilidade financeira é fenômeno recorrente entre policiais militares, decorrente da combinação entre baixos salários, facilidade de acesso ao crédito consignado, ausência de educação financeira estruturada e, mais recentemente, do avanço dos jogos de aposta on-line. Estudos bibliográficos analisados indicam que o superendividamento compromete a renda líquida, provoca colapso orçamentário familiar e reduz significativamente o poder de compra, afetando necessidades básicas como moradia, alimentação, saúde e educação. Pesquisas de SILVA (2020) e SILVA; FERREIRA (2020) demonstram que policiais com elevado nível de endividamento apresentam maior propensão a afastamentos por problemas psicológicos, absenteísmo e queda de rendimento operacional, o que confirma a hipótese de que a situação financeira interfere diretamente no exercício da função policial.

No que se refere aos impactos sobre o desempenho profissional, a saúde mental e a atuação institucional, a revisão bibliográfica evidenciou forte correlação entre endividamento, estresse crônico e adoecimento psíquico. Trabalhos de MINAYO et al. (2017) e SOUZA; MINAYO (2021) apontam que o acúmulo de dívidas intensifica quadros de ansiedade, depressão, fadiga e conflitos familiares, aumentando o risco de ideação suicida entre policiais militares, em um contexto já marcado por elevada pressão emocional. Além disso, COSTA;

NASCIMENTO (2022) indicam que a instabilidade financeira contribui para o aumento de licenças médicas, redução da motivação, pluriemprego e busca por “bicos”, o que amplia a fadiga, eleva o risco de erros em operações e fragiliza a disciplina e a hierarquia dentro da corporação.

Por fim, em relação às estratégias de prevenção e mitigação, os resultados da pesquisa bibliográfica apontam convergência em torno de três eixos principais: educação financeira, apoio institucional e valorização profissional. OLIVEIRA; SOUZA (2021) e SANTOS (2021) defendem a implementação de programas permanentes de educação financeira, com foco em planejamento orçamentário, uso consciente do crédito e formação de reservas, como medida eficaz para reduzir o superendividamento entre policiais. Paralelamente, autores como OLIVEIRA (2022) e SANTOS (2019) destacam a necessidade de criar núcleos de apoio psicossocial e financeiro nas corporações, bem como de revisar políticas remuneratórias, planos de carreira e mecanismos de proteção do poder de compra, de modo a diminuir a vulnerabilidade a condutas ilícitas e melhorar a qualidade do serviço prestado à sociedade amazonense.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A instabilidade financeira dos policiais militares não é apenas uma questão individual, mas também institucional e social. O comprometimento da qualidade do serviço prestado decorre de fatores relacionados ao endividamento, baixa remuneração e ausência de políticas estruturadas de educação financeira.

Os argumentos desenvolvidos ao longo do trabalho indica que a instabilidade financeira do policial militar do Amazonas não é um problema isolado do indivíduo, mas um fenômeno estrutural que atravessa dimensões pessoais, institucionais e sociais. A revisão bibliográfica demonstrou que endividamento, baixa remuneração, acesso facilitado ao crédito e ausência de educação financeira se convertem em sobrecarga emocional, adoecimento psíquico, absenteísmo e queda de desempenho, comprometendo a qualidade do policiamento ostensivo e a relação de confiança com a comunidade amazonense. Nesse sentido, a hipótese que relaciona desequilíbrio financeiro à deterioração da qualidade do serviço policial encontra respaldo consistente na literatura consultada, reforçando a necessidade de tratar a saúde financeira do militar como componente da própria política de segurança pública.

Os resultados também mostram que a instabilidade econômica do efetivo repercute diretamente na imagem e na legitimidade da corporação, ao ampliar a vulnerabilidade a práticas

ilícitas, a busca por “bicos” extenuantes e o risco de erros operacionais em contextos já marcados por alta complexidade social e geográfica. Ao evidenciar vínculos entre endividamento, sofrimento psíquico, risco de suicídio, perda de efetivo e desgaste institucional, a pesquisa sinaliza que proteger o policial significa, simultaneamente, proteger a sociedade e fortalecer a credibilidade da Polícia Militar do Amazonas. Sob a perspectiva dos direitos humanos e da gestão pública, o tema se revela central para o desenho de políticas que articulem dignidade do servidor, eficiência estatal e garantia de segurança cidadã na região amazônica.

As perspectivas futuras apontam para a necessidade de transformar os achados bibliográficos em ações concretas e contínuas no âmbito da corporação e do Estado. Recomenda-se que programas de educação financeira, núcleos de apoio psicossocial e políticas de valorização profissional não sejam iniciativas pontuais, mas partes de uma estratégia institucional permanente de prevenção ao superendividamento e ao adoecimento mental, integrada à formação e à gestão de pessoas. Sugere-se, ainda, que pesquisas empíricas futuras aprofundem a realidade local por meio de levantamentos quantitativos e qualitativos com policiais da PMAM, de modo a subsidiar indicadores específicos e avaliar o impacto das intervenções propostas sobre a qualidade do serviço e sobre a sensação de segurança da população amazonense.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, Denison Melo de. Segurança pública e a formação policial militar: os Direitos Humanos como estratégia de controle institucional. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 17, n. 33, p. 447-469, 2012.

AGUIAR, Denison Melo de. Políticas públicas de segurança pública e direitos humanos: uma análise do programa ronda no bairro. 2015. 138 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental) - Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2015.

AGUIAR, Denison Melo de; OLIVEIRA, S. R. A formação do profissional de segurança pública sob a égide dos direitos humanos: desafios e perspectivas no Estado do Amazonas. *Revista de Direito e Segurança*, Manaus, v. 4, n. 2, p. 45-62, 2023.

BERTONCELLO, Káren Rick Danilevicz. Superendividamento do Consumidor: o mínimo existencial e a dignidade da pessoa humana. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2015.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Dívidas: fatores comportamentais e seus efeitos psicológicos. Portal do Investidor, [s.d.]. Disponível em: <https://www.investidor.gov.br>. Acesso em: 30 jan. 2026.

COSTA, R. A.; NASCIMENTO, F. L. Saúde mental e fatores econômicos em policiais militares. *Psicologia & Sociedade*, Belo Horizonte, v. 34, p. 1-15, 2022.

COSTA, Arthur Trindade Maranhão; LIMA, Renato Sérgio de. *Segurança Pública e Modernização Institucional: desafios e perspectivas*. São Paulo: Contexto, 2019.

DA COSTA DOMINGUES MARTINS, L.; AMANDA MARIA BONINI; ISABELLA STEOLA. IMPACTO SOCIAL DOS JOGOS DE AZAR ONLINE E SUAS CONSEQUÊNCIAS DEMOCRÁTICAS. *Anais do Congresso Brasileiro de Processo Coletivo e Cidadania*, [S. l.], v. 12, n. 12, p. 772-791, 2024. Disponível em: <https://revistas.unaerp.br/cbpcc/article/view/3487>. Acesso em: 30 jan. 2026

GOMES, L. V. et al. Divulgações de informações e o efeito no retorno de ações da maior empresa de educação listada na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). *Revista Contemporânea de Contabilidade*, Santa Catarina, v. 15, n. 36, p. 97-118, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2018v15n36p97>. Acesso em: 26 maio 2020.

GOMES, L. V. Gerenciamento de resultados e sua interferência no Índice de Basileia dos principais bancos de grande porte listados na B3 (Brasil, Bolsa, Balcão). 2019. Dissertação (Mestrado em Administração) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/22586>. Acesso em: 26 maio 2020.

HOUSEL, Morgan. *A psicologia financeira: lições atemporais sobre fortuna, ganância e felicidade*. Tradução de Marcello Lino. 1. ed. Rio de Janeiro: HarperCollins, 2021. 304 p.

LIMA, João Victor Tayah; BARBOSA FILHO, Nilzomar. Dignidade humana na Amazônia: o direito à segurança dos povos da floresta e o papel do tratado de cooperação amazônica. *Revista de Direitos Humanos e Efetividade*, v. 10, n. 1, p. 1-20, 2024.

MAGALHÃES, Anderson de Souza; MIYADAIRA, Fernando Yukio; AGUIAR, Denison Melo de. O ensino de Direitos Humanos no curso de formação de oficiais da Polícia Militar do Amazonas: uma análise documental do projeto pedagógico do curso. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, São Paulo, v. 11, n. 12, p. 5412-5430, dez. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza; ADORNO, Sérgio; OLIVEIRA, Nilmar de. *Saúde, Condições de Trabalho e Eficácia dos Policiais Militares*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2017.

OLIVEIRA, J. P.; SOUZA, D. F. Educação financeira como estratégia preventiva no serviço policial militar. *Revista de Administração Pública e Gestão*, Rio de Janeiro, v. 55, n. 4, p. 987-1004, 2021.

OLIVEIRA, C. M. *Gestão de Pessoas em Instituições Militares: da assistência ao desempenho operacional*. Manaus: Edição do Autor, 2022.

ROCHA, T. G. *Polícia Militar e confiança social: desafios contemporâneos*. Estudos de Segurança e Defesa, Brasília, v. 7, n. 1, p. 80-99, 2021.

SANTOS, J. R. *Educação Financeira no Setor Público: impactos na produtividade e bem-estar*. São Paulo: Editora Acadêmica, 2021.

SANTOS, R. M. Gestão de pessoas na segurança pública: o impacto da remuneração na motivação policial. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 13, n. 2, p. 112-128, 2019. Disponível em: Google Acadêmico.

SILVA, A. L. Impactos do endividamento na performance de policiais militares. *Cadernos de Segurança Pública*, Manaus, v. 5, n. 3, p. 112.

SILVA, M. A.; FERREIRA, L. C. O endividamento de militares e suas implicações na saúde mental e operacional. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, v. 14, n. 2, 2020.

SOUZA, E. R.; MINAYO, M. C. S. Policiais militares sob risco: saúde, condições de trabalho e violência. *Cadernos de Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 37, n. 5, e00085220, 2021. Disponível em: Google Acadêmico

SPODE, Charlotte Beatriz; MERLO, Álvaro Roberto Crespo. Trabalho Policial e Saúde Mental: Uma Pesquisa junto aos Capitães da Polícia Militar. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, [Porto Alegre], v. 19, n. 3, p. 362-370, 2006. Disponível em: www.scielo.br/prc. Acesso em: 30 jan. 2026.